

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na locação, instalação e treinamento de aparelho de raio x, digitalizador de imagens radiográficas e sistema web Pack, para atender a Gestão Municipal de Saúde.

1.2 Segue abaixo descritivos e quantitativos dos itens:

TABELA 01 – DESCRITIVOS, QUANTITATIVOS E VALORES						
ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1036726	DISPONIBILIZACAO DE SISTEMA WEB PACS - COM ESPAÇO NA NUVEM PARA TRÁFEGO E ARMAZENAMENTO (MÍNIMO DE 90 DIAS), DE EXAMES RADIOLÓGICOS (ATÉ 2000 EXAMES/MÊS). SERVIÇO DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS NA MODALIDADE AMBULATORIAL E URGÊNCIA (ATÉ 50 LAUDOS/ MÊS)	12	meses	R\$5.266,67	R\$63.200,00
2	1036725	LOCACAO DE EQUIPAMENTO - DIGITALIZADOR DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS, MONOCASSETTE, PREPARADO PARA MULTICASSETES, COMPOSTO POR DIGITALIZADORA, ESTAÇÃO DE TRABALHO, 02 CASSETES 14 POLEGADAS E NOBREAK. PREPARADO PARA INTEGRAÇÃO COM SISTEMA PACS/WEBPACS. INCLUSO MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.	12	meses	R\$8.720,15	R\$104.641,80
3	1036724	LOCACAO DE EQUIPAMENTO ANALOGICO EMISSOR DE RAIOS X MICROPROCESSADO CORRENTE MAXIMA DE 500 MA TENSAO MAXIMA DE 125 KV COMPOSTO POR MESA FLUTUANTE COMANDO DIGITAL BUCKY MURAL E AMPOLA COM ANODO GIRATORIO E FOCO DUPLO. INCLUI MANUTENCAO PREVENTIVA E	12	meses	R\$7.058,48	R\$84.701,80

		CORRETIVA COM SUBSTITUICAO DE PECAS.				
VALOR TOTAL					R\$252.543,60	

1.3 Declara-se que os produtos e/ou serviços acima especificados possuem natureza comum, sendo sua aquisição limitada à quantidade estritamente necessária para atender às finalidades a que se destinam.

1.4 Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo o serviço/produto acima descrito. Ressalta-se, ainda, que este município não possui, até a presente data, catálogo próprio de padronização.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O Município de Coromandel encontra-se em fase de estruturação da nova Unidade de Pronto Atendimento – UPA destinada a ampliar a capacidade de atendimento em urgência e emergência. Para que essa unidade funcione plenamente, é indispensável à disponibilização de exames de diagnóstico por imagem, fundamentais para a tomada de decisão clínica rápida e segura em casos de trauma, acidentes e doenças agudas.

2.2 Atualmente, o município dispõe de um aparelho de raios-X instalado na unidade provisória onde funciona o pronto atendimento. Contudo, esse equipamento permanecerá em funcionamento para atender à demanda das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), contribuindo para a descentralização dos serviços e para a redução das filas na nova UPA. Dessa forma, não é possível transferi-lo para a nova unidade, pois sua utilização continuará sendo estratégica no apoio à atenção básica.

2.3 Assim, a necessidade administrativa está em garantir que a nova UPA seja entregue à população com estrutura própria e completa, contemplando exames de imagem por meio de aparelho de raios-X digital, digitalizador de imagens radiográficas e sistema web para armazenamento e acesso remoto. A medida assegurará eficiência,

qualidade e agilidade no atendimento, fortalecendo a rede municipal de saúde e ampliando a resolutividade dos serviços.

2.4

3. VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e mediante justificativa técnica e administrativa.

3.2 O início da vigência contratual estará condicionado ao efetivo início da prestação dos serviços de locação do aparelho de Raio-X, o qual ocorrerá a partir de fevereiro ou março de 2025, conforme a previsão de início das atividades da UPA Municipal de Coromandel, cuja inauguração está programada para esse período.

3.3 O prazo contratual será contado a partir da data de início da prestação do serviço, e não da assinatura do contrato, assegurando que a Administração somente arque com custos a partir da efetiva disponibilização e funcionamento do equipamento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os requisitos inerentes a presente contratação encontram-se devidamente descritos no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1.1 Requisitos técnicos do objeto:

- Fornecimento de aparelho de raios-X digital com gerador de alta frequência, mínimo de 500 mA e 125 kVp;
- Inclusão de digitalizador de imagens radiográficas integrado ao sistema PACS/DICOM;
- Disponibilização de sistema web PACS para arquivamento, gerenciamento e acesso remoto às imagens, compatível com os protocolos DICOM;

- Fornecimento de console digital e estação de trabalho com monitor de alta resolução (mínimo 2 MP), apropriado para laudos;
- Instalação completa, com calibração do equipamento e adequação ao espaço físico fornecido pelo Município;
- Treinamento da equipe de saúde indicada pela Secretaria Municipal de Saúde para uso adequado do equipamento e do sistema digital;
- O treinamento deverá ser ministrado antecedendo o início da prestação de serviços.
- Manutenção preventiva e corretiva inclusa, com fornecimento de peças, substituição de componentes quando necessário e atendimento técnico remoto e presencial;
- A manutenção preventiva se dará na forma como orientado pelo fabricante do equipamento, bem como deve estar prevista a realização de no mínimo uma visita mensal para verificação técnica operacional dos equipamentos.
- A contratada terá o prazo de 12 (doze) horas a contar da hora da comunicação formal da contratante, que poderá ser por e-mail ou telefone, para realizar a manutenção corretiva no equipamento visando evitar a paralisação dos serviços.
- Substituição imediata do equipamento em caso de falha grave que inviabilize o uso, nas mesmas características do locado.
- As despesas necessárias para a realização de manutenção corretiva e preventiva, inclusive substituição de peças, serão de inteira responsabilidade da contratada.
- A contratada deverá substituir, arcando com as despesas decorrentes, equipamentos que apresentarem alteração, deterioração e imperfeição ou qualquer irregularidade discrepante ao descritivo ainda que constatados após o recebimento.
- É de responsabilidade da contratada a emissão e fornecimento do laudo radiométrico e teste de calibração do equipamento conforme prazo estipulado pela legislação.

- A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas ao equipamento, frete, reparo, seguro, impostos, taxas, demais custeios diretos e indiretos de qualquer natureza incidente sobre o objeto, ainda que após o recebimento ou pagamento.
- A contratada deverá efetuar a instalação do Sistema PACS (Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens) disponibilizado de acordo com a legislação e normas vigentes, com todas as funções e recursos necessários para que a contratante obtenha e faça a guarda das imagens que assim desejar.
- Todos os cadastros e resultados dos exames deverão estar disponíveis para emissão de segunda via por um período de 5 (cinco) anos.
- Ao final do contrato, todas as imagens, dados e laudos armazenados pela contratada deverão ser entregues ao contratante em mídia com conteúdos devidamente documentados.
- Deverão ser entregues os documentos técnicos operacionais de todos os procedimentos e softwares instalados.
- A contratada deverá fornecer toda infraestrutura de hardware tanto os locais de exame (computadores) quanto para o armazenamento centralizado de todos os exames (servidor).
- A contratada deverá possuir ferramentas que permita a terceiros, devidamente autorizados, laudar remotamente os exames, através de acesso web, com protocolo de segurança, via login de uso individual.
- Para visualização das imagens Geradas durante Os exames, a contratada deverá fornecer ferramenta de visualização de imagem (software, servidor de armazenamento de imagem e conexão necessária), de fácil acesso e sem ônus, para que através de qualquer terminal da contratante possa ser acessado e que contenha os principais recursos do mercado na área de PACS.
- A infraestrutura local deve permitir a operação autônoma (Execução de exames), mesmo que não haja comunicação com servidor principal (PACS) por um período de até 96 (noventa e seis) horas.

4.1.2 Requisitos para participação/contratação

- A empresa licitante deverá:
- Comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3 Subcontratação

- Vedada a subcontratação do objeto, no todo ou em parte, considerando a natureza técnica e a necessidade de controle direto da execução contratual.

4.1.4 Garantia contratual

- Em contrapartida, a contratada deverá assegurar garantia integral do funcionamento do equipamento durante toda a vigência do contrato, sem custos adicionais para o Município.

4.1.5 Outras condições

- O início da prestação do serviço de locação do aparelho de Raio-X ocorrerá a partir de fevereiro ou março de 2025, conforme a previsão de início das atividades da UPA, cuja inauguração está programada para esse período. Assim, a vigência contratual terá início a partir do efetivo começo da prestação do serviço.
- O equipamento deverá ser entregue, instalado e em plenas condições de uso no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão e/ou recebimento da Autorização de Fornecimento;
- O pagamento será efetuado mensalmente, condicionado à apresentação de nota fiscal e relatório de funcionamento assinado pelo responsável técnico da UPA;
- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente;

- A fiscalização da execução contratual será realizada pelo servidor Elionai Dias de Moraes, designado pela Secretaria Municipal de Saúde conforme portaria 010 de 22 de fevereiro de 2025.
- O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação e no contrato.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Conforme se observa pelo levantamento de mercado realizado, concluímos que a solução que atende à demanda exposta no item 1 deste Estudo é a locação de aparelho de Raio-X com manutenção preventiva e corretiva inclusa, de forma a garantir a continuidade e eficiência dos serviços de diagnóstico por imagem no âmbito da Administração.

5.2 A solução proposta contempla:

Disponibilização de aparelho de Raio-X em perfeito estado de funcionamento, adequado às normas sanitárias e de segurança aplicáveis;

Estão incluídos na locação os serviços de manutenção preventiva e corretiva do equipamento, sem ônus adicional para a Administração, devendo a contratada:

- Realizar manutenção preventiva a cada 6 (seis) meses, com emissão de relatório técnico detalhado;
- Executar manutenção corretiva em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após comunicação formal de falha ou defeito no equipamento, garantindo a continuidade do funcionamento do serviço;
- Fornecer, quando necessário, peças, componentes e materiais de reposição, sem qualquer custo adicional para a Administração.

Substituição imediata do equipamento em caso de falha ou necessidade de reparo prolongado;

Fornecimento de teste radiométrico e calibração conforme necessidade;

A contratada deverá realizar treinamento inicial para a equipe usuária, se necessário, visando à correta utilização e operação do equipamento, no prazo

máximo de até 10 (dez) dias úteis após a instalação e entrega definitiva do aparelho.

Garantia de atendimento contínuo à população, com menor impacto orçamentário inicial e sem riscos relacionados à obsolescência tecnológica;

Possibilidade de atualização tecnológica mediante renovação contratual ou nova licitação, assegurando a modernização dos serviços prestados.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução do objeto contratado deverá ocorrer nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Municipal de Coromandel, em espaço físico previamente disponibilizado pelo Município, cabendo à contratada realizar a instalação, calibração, adequação e fornecimento de toda infraestrutura necessária ao pleno funcionamento do equipamento de raios-X digital e do sistema PACS/DICOM.

6.2 A contratada deverá realizar a entrega, instalação e disponibilização do equipamento e sistemas no prazo estabelecido em contrato, assegurando a realização de treinamento presencial à equipe de saúde designada pela Secretaria Municipal de Saúde, a ser ministrado antes do início da operação, contemplando tanto o uso do equipamento de raios-X quanto do sistema digital de arquivamento e laudos.

6.3 Durante a vigência contratual, a execução dos serviços deverá observar as seguintes condições:

- **Entrega e Instalação:** todos os equipamentos e softwares deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de funcionamento, com fornecimento de documentos técnicos e operacionais. A contratada será responsável pelo transporte, seguro, armazenamento, instalação e calibração, arcando com todas as despesas decorrentes, inclusive impostos, taxas, fretes e seguros.
- **Manutenção:** será de responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, incluindo peças e substituição de componentes quando necessário, sem custos adicionais ao Município. A manutenção preventiva deverá seguir as

orientações do fabricante, devendo a contratada realizar no mínimo uma visita mensal para verificação técnica.

- **Atendimento corretivo:** em caso de falhas ou paralisações, a contratada terá o prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas a partir da comunicação formal (via e-mail ou telefone), para execução do reparo. Havendo falha grave que inviabilize o uso do equipamento, este deverá ser imediatamente substituído por outro de mesmas características.
- **Substituições e responsabilidades:** a contratada deverá substituir, às suas expensas, qualquer equipamento ou componente que apresente irregularidade, deterioração ou imperfeição, mesmo que constatado após o recebimento.
- **Infraestrutura tecnológica:** deverá ser fornecido console digital, estação de trabalho com monitor de alta resolução (mínimo 2MP), servidor de armazenamento centralizado e ferramenta de visualização de imagens compatível com protocolos DICOM, com recursos atualizados de mercado, permitindo acesso remoto seguro e emissão de segunda via dos exames por até 5 (cinco) anos.
- **Continuidade do serviço:** a infraestrutura local deverá permitir operação autônoma por até 96 (noventa e seis) horas, mesmo sem comunicação com o servidor principal (PACS).
- **Laudos e dados:** ao término do contrato, todas as imagens, laudos e dados deverão ser entregues ao Município em mídia própria, com conteúdos documentados.
- **Laudos radiométricos e calibração:** a contratada será responsável por emitir e fornecer, dentro dos prazos legais, os laudos radiométricos e de calibração do equipamento.
- **Garantia contratual:** a contratada deverá garantir integralmente o funcionamento do equipamento durante todo o período de vigência do contrato, sem ônus adicional para o Município.
- **Condições de fiscalização:** a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, cabendo à contratada atender prontamente às solicitações de ajustes e correções.

6.4 Em caso de falhas, atrasos ou descumprimentos, a contratada deverá corrigir ou refazer os serviços, substituir equipamentos e/ou componentes em até 12 (doze) horas, sem custos adicionais ao Município, sob pena de aplicação das penalidades legais e contratuais.

7. DO VALOR ESTIMADO

7.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 252.543,60 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

7.2 O valor estimado de cada item encontra-se indicado na tabela constante do item 1.2 deste Termo de Referência.

7.3 As propostas apresentadas pelos licitantes não poderão exceder os valores estimados, conforme indicados no referido item, sob pena de desclassificação.

7.4 Os valores estimados foram definidos com base na média aritmética obtida a partir da pesquisa de preços realizada pela equipe de planejamento, devidamente documentada e certificada nos autos, conforme certidão em anexo.

7.5 Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 25 de setembro de 2025.

7.6 Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Aos documentos exigidos para fins de habilitação, são:

8.1.1 Ato Constitutivo;

8.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

8.1.3 Ato constitutivo - Estatuto Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

8.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

8.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

8.1.7 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

8.1.8 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

8.1.9 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

8.1.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

8.1.11 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

8.1.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor.

8.1.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;

8.1.14 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;

8.1.15 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial; expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, expedidos no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento da proposta.

8.1.16 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;

8.1.17 Declaração unificada, atestando: I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública; II - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação III - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. IV- que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021. V- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; VI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; VII - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21) VIII – Que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

8.1.18 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data da sessão do certame.

8.1.19 Comprovação de capacidade técnico operacional da licitante por executado serviços pertinentes e compatíveis em características, com o objeto da licitação, através

de atestado (s) emitido (s) em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução do objeto.

8.2 Apresentar registro ou autorização de funcionamento junto à ANVISA para comercialização/locação de equipamentos médico-hospitalares, quando aplicável;

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 A contratação será precedida de Processo Licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento menor preço global.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4 Multa:

10.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela adimplida.

10.2.4.2 Moratória, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se for o caso.

10.2.4.2.1 Na hipótese de exigência de garantia, o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para sua apresentação, suplementação ou reposição autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “h”.

10.2.5 Os valores das multas moratórias e compulsórias serão estabelecidos na minuta contratual da futura contratação, observando-se os limites previstos na Lei nº 14.133/2021, não podendo ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por contratação direta, nos termos do artigo 156, §3º, da referida Lei.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, se for o caso.

10.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas

e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Das disposições gerais

11.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1.2 As comunicações entre o município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, que deverão ser encaminhadas para almoxarifadosaude@coromandel.mg.gov.br

11.1.3 Os contratantes poderão convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução do(s) contrato(s) deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor Elionai Dias de Moraes.

12.1.1 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.1.2 O fiscal do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.1.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.1.4 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.1.6 O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.1.7 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.1.8 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13. DO GESTOR DE CONTRATO

13.1 O gestor da futura contratação será Heberton Duarte.

13.2 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.4 O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

13.5 O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

13.6 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.7 O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.8 O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamentos, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.9 O gestor de contrato deverá analisar os pedidos de reequilíbrio.

13.10 Caberá ao Gestor de Contratos a responsabilidade de analisar e autorizar os aditivos contratuais, sejam eles apresentados pela contratada ou pelo setor demandante.

13.11 Em caso de requerimento de revisão dos valores contratuais, caberá ao gestor solicitar a documentação comprobatória do aumento dos preços no mercado e da superveniência da causa que o motivou, instrui o respectivo processo e, por fim, elaborar parecer conclusivo. Após a apresentação completa dos documentos necessários, o gestor terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para emitir seu parecer quanto à viabilidade da revisão dos preços.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o descritivo detalhado na tabela para afirmar a veracidade e autenticidade dos itens;

14.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.2.1 Não fornecer os produtos ou não executar os serviços contratados.

14.2.2 Deixar de fornecer os produtos ou de executar os serviços contratados em conformidade com as especificações e exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

14.3 Liquidação

14.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

14.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) Os prazos de validade; b) A data da emissão; c) Os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante; d) O período respectivo de execução do contrato; e) O valor a pagar; e f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a contratante;

14.3.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá sempre ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal trabalhista da contratada.

14.3.5 Caso a contratada não apresente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será concedido prazo para regularização, conforme estabelecido pela Administração. Decorrido o prazo sem a devida regularização, a contratante adotará as medidas cabíveis para a rescisão contratual, no âmbito do respectivo processo administrativo, assegurando-se à contratada o contraditório e a ampla defesa.

14.3.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não comprove sua regularidade fiscal e trabalhista.

14.4 Do pagamento

14.4.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

14.4.2 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

14.4.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pela contratada, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública;

14.4.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

14.4.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

14.4.5.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

14.4.6 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime;

15. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

15.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

15.3 Na hipótese prevista no item anterior, o município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

15.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

15.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, tais como: planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais ou outros documentos idôneos, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito.

15.7 Na hipótese de não comprovação da elevação dos preços registrados, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

15.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o município convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam fornecer o item.

15.9 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

15.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

15.11 O cancelamento de eventual item da ata de registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas hipóteses que envolvam interesse público e a pedido de fornecedor, devidamente justificado.

15.12 Se aplicável ao objeto da ata, em casos excepcionais, poderá ser aceita a substituição de mercado objeto registrado, desde que a marca ofertada possua qualidade

igual ou superior à marca inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros à Administração.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

16.3 Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto executado, para que sejam substituídas, reparadas, corrigidas ou ajustadas conforme necessário.

16.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

16.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, na sua proposta e no instrumento contratual assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

17.2 Efetuar a execução do objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

17.3 Substituir, adequar, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com falhas ou irregularidades.

17.4 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.5 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências das entidades contratantes.

17.6 Responder pelos danos causados diretamente ao contratante; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

17.7 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do contratante quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

17.8 Comunicar ao contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

17.9 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência.

17.10 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária abaixo: 520 – 30.302.0006.3.3.90.39.00

19. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

19.1 O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

20. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

20.1 O municípios e os licitantes/contratados deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta na contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

20.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

20.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

20.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

20.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

20.6 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

20.7 A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

20.8 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

20.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

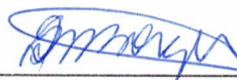
20.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37, LGPD), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

20.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

20.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos serviços pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

20.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

Coromandel, 26 de setembro de 2025



Lilian Suelem Moreira Borges
Secretária Municipal de Saúde
Prefeitura de Coromandel-MG

Lilian Suelem Moreira Borges
Gestora Municipal de Saúde



Isabela Cristina Lemes
Resende
COORDENADORA
ALMOXARIFADO SAÚDE

Isabela Cristina Lemes Resende
Coordenadora Administrativa Saúde